

FINANÇAS ■ INCUMPRIMENTO

É CONSIDERADO FREQUENTE NAS CÂMARAS



O ministro das Finanças ameaça as empresas que retiveram os impostos com processos-crime

Serviços públicos atrasam impostos

■ Inspeção-Geral de Finanças diz que organismos do Estado e autarquias não entregam os impostos retidos dentro do prazo legal

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

As entidades públicas, como escolas, institutos e câmaras, atrasam com frequência a entrega ao Ministério das Finanças de valores referentes a IRS, IRC e até IVA. O atraso na entrega ao Fisco do imposto retido na fonte é, segundo a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), particularmente grave nas autarquias, por causa da "frequência das situações".

O relatório da IGF de 2007 é categórico: na "auditoria às retenções na fonte das entidades públicas foram evidenciados constrangimentos relevantes no incumprimento na entrega do Modelo 10 por parte de algumas entidades e da informação e da informação sobre as retenções na fonte em 2005 e 2006." E sobre a

"auditoria ao cumprimento das obrigações tributárias dos municípios foram identificadas diversas fragilidades, de que se destacam, pela gravidade e frequência das situações, atrasos na entrega do imposto retido na fonte."

A auditoria às autarquias identifica ainda "discrepâncias entre os valores declarados e os montantes de imposto efectivamente entregues, incumprimento da obrigação de apresentação da declaração anual do Imposto de Selo e das obrigações declarativas em sede do IVA, entre os dados declarados pe-

los municípios e os respectivos passivos". O Fisco vai enviar uma mensagem por e-mail a 42500 empresas, ameaçando-as com um processo-crime, se não entregarem os impostos que retiveram na sua actividade. ■

Há diferenças entre os valores declarados e pagos

SAIBA MAIS

● **GESTÃO URBANÍSTICA**
A IGF fez duas auditorias em municípios sobre o controlo do financiamento municipal no âmbito da urbanização. Concluiu que, regra geral, há "uma má gestão urbanística" e várias insuficiências ao nível do financiamento da urbanização e da edificação".

● **1,3**

milhões de euros foi a poupança acumulada de recursos financeiros públicos em concessões, graças à IGF.

● **DENÚNCIAS**
A IGF analisou e tratou 488 denúncias e exposições diversas apresentadas por contribuintes.

Mais rigor sobre os privados

● O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) diz que as Finanças têm fechado os olhos ao incumprimento dos organismos públicos e das autarquias no que diz respeito à entrega dos impostos retidos. Para Domingues Azevedo, "há uma certa desculpabilização, com alguma tradição, na nossa sociedade que não é nada boa." Azevedo frisa que as Finanças "criam aqui uma situação de difícil gestão, porque o princípio não é igual para o privado e para o público." ■ **ASA**



Domingues Azevedo